

RELAÇÕES INTERORACIONAIS DE PROJEÇÃO POR ENCAIXAMENTO NO DISCURSO RELATADO NO PORTUGUÊS ESCRITO

Maria Evane BETHÔNICO¹ (UFMG)

RESUMO: Este trabalho objetiva mostrar que as relações interoracionais no discurso relatado são relações de projeção – uma relação entre processos – entre um processo mental ou verbal de um lado e de outro, um processo que é mentalizado ou verbalizado, isto é, projetado pela transitividade do verbo. Assim, as relações entre as orações são interpretadas em termos de encaixamento: a oração funciona como um constituinte, um complemento dentro da estrutura da oração que, por sua vez, é um constituinte da oração como um todo. Trata-se de funções discursivas de orações de orações que constituem opções na organização do discurso.

ABSTRACT: This study shows that the relationship between the clauses in the indirect speech is the projection: (i) the projecting clause is a mental process, de cognition; (ii) the projected clause is a meaning. This relation is interpreted in terms of embedding – a clause comes to function as a constituent within the structure of a sentence, which itself is a constituent of a clause, as it relates to the discursive functions of clauses that constitute options in the organization of discourse.

1. Introdução

Considerando-se que são os propósitos essencialmente comunicativos que determinam os usos da linguagem, o objeto de estudo a ser desenvolvido por esta análise são as relações interoracionais de projeção no discurso relatado ocorrendo no discurso científico das teses e dissertações acadêmicas escritas na Língua Portuguesa. Assim, fundamentando-se na noção de língua em uso da abordagem funcionalista, pretende-se uma explicação para o papel funcional-discursivo que assume o discurso relatado nestes textos científicos. Entende-se que a descrição completa da estrutura do discurso relatado precisa incluir referência ao autor/leitor e a seus respectivos papéis dentro da situação de interação determinada sócio-culturalmente.

2. O discurso relatado

O discurso relatado tem sido considerado nos estudos tradicionais como discurso indireto, quando o autor transmite com suas próprias palavras apenas a essência do pensamento do interlocutor, por exemplo: “Joaquim disse que compraria tudo aquilo”. (Platão et Fiorin. 1997, p.48). Nessa perspectiva tradicional, é considerado que o discurso indireto produz um efeito de sentido de objetividade analítica. Nele, é revelado somente o conteúdo do discurso de outro e, com isso, estabelece-se uma distância entre a posição do autor e o de outra pessoa referida – criando a via para a discussão e o comentário. Cria-se a impressão de que o autor analisa o discurso citado de maneira racional e isenta de envolvimento e, por isso é a forma preferida nos textos de natureza científica, com a finalidade de criticar, rejeitar ou acolher as posições expressas pelos outros.

Na perspectiva tradicional, as relações interoracionais têm sido vistas em termos de coordenação e subordinação, e as orações do discurso indireto têm sido consideradas como subordinadas. As subordinadas, por sua vez, no tratamento tradicional, são dependentes da principal e completam-lhe o sentido.

Observe-se o discurso relatado nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas:

(1) É preciso **dizer** que, apesar das respostas interessantes e reveladoras obtidas, as entrevistas não foram objeto de análise sistemática neste trabalho, em razão de ter se considerado suficientes para os objetivos da pesquisa os dados dos textos escritos. (Benfica, Maria Flor de Maio Barbosa. Dissertação de Mestrado. 2003, p. 71, UFMG).

(2) O maior problema nesse tipo de ocorrência é **identificar** se ele é, de fato, um MD, operando no nível textual-interativo, ou se é um coordenador, atuando na organização sentencial. (Penhavel, Eduardo. Dissertação de Mestrado. 2005, p. 83, UEP)

¹ evnebethonico@yahoo.com.br

(3) Na tarefa de distinguir coordenação e subordinação, nem todos os gramáticos **acreditam** tratar-se de uma dicotomia bem definida, bem delineada. (Decat, Maria Beatriz Nascimento. Tese de Doutorado. 1993, p. 30, PUC/SP)

(4) Mesmo se **pensarmos** que a oração eu dô aula fora também é apenas uma oração intercalada e que, na verdade, as orações coordenadas sejam eu tava viajano e já tava iscuru era umas oitu horas da noiti, ainda assim o resultado seria uma construção, no mínimo, atípica. (Penhavel, Eduardo. Dissertação de Mestrado. 2005, p. 86, UEP)

(5) É bom **lembrar** que, no caso no caso de orações adverbiais, a questão do exercício de função em outra constitui problema, já que nem sempre oração está exercendo função em outra. (Decat, Maria Beatriz Nascimento. Tese de Doutorado. 1993, p. 43, PUC/SP)

(6) **Considero** que essa classificação proposta pelo autor é bastante útil para o desenvolvimento do meu trabalho, uma vez que me permite entender melhor as relações entre os dois textos envolvidos na atividade solicitada aos estudantes e, assim, melhor dimensionar as dificuldades inerentes ao trabalho que eles realizaram. (Benfica, Maria Flor de Maio Barbosa. Dissertação de Mestrado. 2003, p. 30, UFMG)

(7) Neste exemplo (42), **percebemos** que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi*(relatou) no pretérito perfeito, seguido de oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discusso citado. (BENFICA, Maria Flor de Maio Barbosa. Dissertação de Mestrado, 2003, p. 152, UFMG)

(8) Hopper e Traugott (1993), seguindo a esteira de Givón (1990), **afirmam** que, se a gramaticalização é definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de orações está dentro dos seus domínios. Ressaltam que, “do ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma cláusula complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos que são mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada.” (Carvalho, Cristina dos Santos. Tese de Doutorado, 2004, p. 82, UNICAMP)

(9) Ao considerarmos o entendimento de Dik sobre como se processa a interação por meio da linguagem oral, bem como sua concepção da estruturação da oração em camadas e sua proposta para uma tipologia semântica dos Estados de Coisas, **procuramos** evidenciar em que medida o modelo proposto por Dik nos auxilia tanto na apreensão das relações intersubjetivas que se dão no processo de interação verbal, quanto no discernimento dos diferentes tipos de modalização. (Menezes, Leila Cruz de. Tese de Mestrado, 2006, 34, UFC)

(10) À luz dos postulados teóricos da gramaticalização, Paiva (1998) estuda , a partir de dados do português de contato (variedade empregada por índios xinguanos), os processos sintáticos de combinação de cláusulas que expressam o nexos de causalidade. **Visando** testar o princípio de unidirecionalidade, proposto por Hopper e Traugott (1993) para o desenvolvimento de frases complexas, **verifica se** a mesma trajetória de gramaticalização de cláusulas (parataxe > hipotaxe > subordinação) que opera nos processos de mudança lingüística também atua no processo de aquisição do português como segunda língua. **Constata**, no que concerne à expressão de causalidade, que: em etapas iniciais da aquisição, o falante emprega construções paratáticas (primeiro, as justapostas e, depois, as coordenadas com os conectores aí, então, por isso); posteriormente, ele se utiliza de construções hipotáticas com os conectores (porque, que e por causa que). Tendo em vista que as primeiras construções representam “formas de ligação mais frouxas” e as segundas, “formas de ligação mais estreitas”, a autora ratifica, em seus dados de português como segunda língua, a atuação do princípio de unidirecionalidade. (Carvalho, Cristina dos Santos. Dissertação de Mestrado, 2000, p. 97, UFJF)

(11) **Vimos** que a necessidade deôntica procede de alguma origem, podendo ser esta uma instituição, uma pessoa, um corpo moral ou legal de princípios, ou até mesmo uma compulsão pertinente à mente ou ao espírito. (Menezes. Dissertação de Mestrado, 2006, p. 58, UFC)

(12) Neste sentido, o balanço geral dos resultados **indica que o trabalho parece ter alcançado satisfatoriamente sua proposição.** (Penhavel, Eduardo. Dissertação de Mestrado, 2005, p. 128, UEP)

Ao observarmos sentenças como essas que constituem o discurso relatado nos textos científico das teses e dissertações, surgem questões:

- (i) Como se estabelecem as relações interoracionais no discurso relatado?
- (ii) As relações entre as orações do discurso relatado podem expressar intenções em uma intrincada rede de usos de estratégias de envolvimento, negociação, construída interativamente?

Para responder estas questões, vamos apresentar características gramaticais das relações interoracionais que podem fazer sentido funcional, isto é, que podem se relacionar à sua função no discurso relatado, mas mantendo as considerações de funções, distintas da atribuição de oração a uma classe gramatical.

3. Caracterização das orações no discurso relatado

As orações que constituem o discurso relatado podem ser caracterizadas sob as perspectivas estrutural e semântica.

Estruturalmente, podemos dizer que essas sentenças que constituem o discurso relatado, de acordo com Neves (2000, p.333-348), são as orações substantivas. Devido ao modo de construção delas, equivalem a um sintagma nominal, e são, por isso, tradicionalmente chamadas orações substantivas. Desse modo, as orações substantivas têm as características de um elemento nominal, o que se verifica pela correspondência que elas, em geral, apresentam com um substantivo (+ determinante). (Entretanto, a correspondência dessas orações que estamos analisando, com um substantivo pode parecer complicado, por exemplo, a oração (4)).

As orações substantivas constroem-se com verbo no infinitivo ou em modo finito, conforme podemos observar nos exemplos apresentados acima. Quanto ao modo de articulação, as orações substantivas vêm pospostas à oração principal e introduzidas pelas conjunções integrantes **se** ou **que** e apresentam o verbo, nesse caso, sempre em uma forma finita. A conjunção integrante **que** pode estar elíptica, por exemplo, a oração (3) apresentada anteriormente e repetida abaixo em (1):

(1) Na tarefa de distinguir coordenação e subordinação, nem todos os gramáticos **acreditam tratar-se de uma dicotomia bem definida, bem delineada.** (Decat, Maria Beatriz Nascimento. Tese de Doutorado. 1993, p. 30, PUC/SP).

Podemos observar que esta oração se apresenta sem o conectivo e o verbo de atividade mental está na forma infinitiva. Nesse caso, elas são justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem conectivo. A presença ou a ausência de conectivos pode significar um maior grau de integração sintática entre as orações, uma vez que quanto menor a quantidade de elos explicitados maior será a integração das orações, espelhando o grau de integração semântica dos eventos codificados por elas. A ausência do conectivo simulará, em muitos casos, uma falsa unidade de ação, dando aos dois tempos verbais uma aparência de locução verbal, conforme ocorre no exemplo (3).

Sob o *prima* semântico, isto é, quanto às funções que exercem, as orações substantivas são orações encaixadas ou integradas em uma outra oração, considerada matriz ou principal, na denominação tradicional. Assim, elas funcionam como complemento de um termo da outra oração. Essas orações têm papel de um argumento ou participante (objeto direto), em relação a um termo da oração principal. Essas orações completivas que funcionam como argumento interno verbal podem ser introduzidas por verbos de diferentes tipos semânticos, o que se reflete nos conteúdos semânticos codificados por elas.

Podemos observar em todas as ocorrências de discurso relatado que os verbos de elocução ou *dicendi*, que são os verbos introdutórios de discurso, constroem as orações completivas (e, podemos observar também que nas sentenças que constituem o discurso relatado, o sujeito dessas orações completivas não é correferencial ao sujeito do verbo da oração principal).

Os verbos *dicendi* ou declarativos, de acordo com Garcia (1992, p.131), têm a função principal de indicar o interlocutor que está com a palavra, e pertencem a várias áreas semânticas, por exemplo, as mais comuns são:

de dizer (afirmar, declarar)
de perguntar (indagar, interrogar)
de responder (retrucar, replicar)
de contestar (negar, objetar)
de concordar (assentir, anuir)
de exclamar (gritar, bradar)
de pedir (solicitar, rogar)
de exortar (animar, aconselhar)
de ordenar (mandar)

Exemplo (8) anterior, repetido, abaixo, em (2):

(2) Hooper e Traugott (1993), seguindo a esteira de Givon (1980), **afirmam** que, se a gramaticalização é definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de orações está dentro dos seus domínios. (Carvalho Cristina dos Santos. Tese de Doutorado, 2004, p. 82, UNICAMP)

Além desses, podemos citar os verbos de atividade mental, segundo Neves (2000, p. 347), que indicam julgamento, opinião, crença, etc., por exemplo: aceitar, achar, acreditar, admitir, calcular, compreender, considerar, certificar, crer, descobrir, duvidar, entender, fingir, ignorar, imaginar, pensar, prever, predizer, reconhecer, supor, etc. Podemos apresentar o exemplo acima (4), repetido abaixo em (3):

(3) Mesmo se **pensarmos** que a oração *eu dô aula fora também é* apenas uma oração intercalada e que, na verdade, as orações coordenadas sejam *eu tava viajano e já tava iscuru era umas oitu horas da noiti*, ainda assim o resultado seria uma construção, no mínimo, atípica. (Penhavel, Eduardo. Dissertação de Mestrado, 2005, p. 86, UEP)

Ainda segundo Neves (op, cit.), temos os verbos de percepção, sensorial ou mental que apresentam propriedades construcionais, por exemplo, ver, ouvir, sentir, perceber, notar, etc. Citamos aqui, os exemplos acima (7) e (11), repetidos em (4) e (5), abaixo:

(4) Neste exemplo (42), **percebemos** que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi*(relatou) no pretérito perfeito, seguido de oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discurso citado. (BENFICA, Maria Flor de Maio Barbosa. Dissertação de Mestrado, 2003, p. 152, UFMG)

(5) **Vimos** que a necessidade deôntica procede de alguma origem, podendo ser esta uma instituição, uma pessoa, um corpo moral ou legal de princípios, ou até mesmo uma compulsão pertinente à mente ou ao espírito. (Menezes. Dissertação de Mestrado, 2006, p. 58, UFC)

Outras classificações estabelecidas para esses verbos são: verbos volitivos que indicam desejo, vontade, por exemplo:

(6) A partir de uma abordagem funcional-discursiva, **pretendo** explicitar o papel da articulação de cláusulas como um dos fatores que contribuem para a estruturação daquele discurso. (Sant’Anna, Maria de Nazaré Paulino Leal. Dissertação de Mestrado, 1998, p. 26, PUC/MG)

E, também os verbos causativos (factivos), que são chamados verbos “se”, porque criam uma condição suficiente: fazer, provocar, assegurar, mostrar, significar, implicar e outros, conforme podemos verificar no exemplo (12), repetido em (7), abaixo:

(7) Neste sentido, o balanço geral dos resultados **indica** que o trabalho parece ter alcançado satisfatoriamente sua proposição. (Penhavel, Eduardo. Dissertação de Mestrado, 2005, p. 128, UEP)

No discurso relatado, segundo Halliday (1985, p.255-256), a função da fala é ou pode ser obscurecida, e é, portanto feita explícita no verbo de *relatar*. Por isso muitos verbos, semanticamente complexos por funções de falas elaboradas, são usados somente em relatos, por exemplo: *insinuar, implicar, negar,*

compreender, decifrar, manter, hipotetizar, etc. Por outro lado, muitos verbos que atribuem traços interpessoais e/ou comportamentais ao evento de fala não são usados para relatar, porque não contêm o traço de *dizer*. O discurso indireto é considerado como um processo mental, segundo Halliday (1985: 250-254), pois falar não é o único modo de usar a linguagem, podemos usar a linguagem para pensar.

Outra investigação, a seguir, pode ser relacionada às análises já apresentadas sobre o discurso relatado. Trata-se dos estudos de Perini (2004, p.124), sobre a propriedade comum a todas as línguas de colocar estruturas dentro de outras estruturas da mesma classe – a recursividade, que parece confirmar as hipóteses de Halliday sobre encaixamento. Nesses estudos, é considerada a estrutura da oração complexa, que pode ser definida como a oração que contém dentro de seus limites pelo menos uma outra oração, como o exemplo (p. 129), citado abaixo:

(8) Titia disse que nós desarrumamos a casa.

Uma das orações, *nós desarrumamos a casa*, está inserida dentro de um dos termos da outra oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*; e está dentro do objeto direto: *que nós desarrumamos a casa*. É possível adotar essa análise, devido à transitividade do verbo *dizer* e devido (conforme citado na p. 133-134) à seqüência *que nós desarrumamos a casa* apresentar semelhanças funcionais com os sintagmas funcionais: pode ser objeto direto. Quanto ao estatuto e função do elemento *que*, considera-o como um dos recursos que a língua possui para encaixar uma oração dentro de um SN; isto é, a conjunção *que*, mais uma oração, forma um SN.

Quanto à definição tradicional de “oração subordinada”, é apresentada a afirmação de que a oração subordinada não é aquela que funciona como termo de outra oração; mas é aquela que é parte de um termo de outra oração. Assim, a oração *nós desarrumamos a casa* é oração subordinada, porque faz parte de *que nós desarrumamos a casa*, que por sua vez é termo da oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*.

Podemos observar que essas argumentações de Perini (2004) combinam com os pressupostos teóricos das investigações de Halliday sob dois aspectos: (i) as considerações a respeito do elemento *que*, considerado como um recurso da língua para encaixar uma oração em outra, podem ser consideradas de acordo com as análises de Halliday (1994, p. 50), que apresenta as conjunções, considerando-as como elementos que têm um status especial na estrutura temática da frase. Assim, as conjunções constituem uma classe distinta na gramática e são itens obrigatoriamente temáticos. Relacionam a oração a uma precedente, na mesma sentença (na mesma oração complexa) e, esse relacionamento que permitem não é apenas semântico, mas também gramatical – elas constroem as duas partes dentro de uma única unidade estrutural; (ii) a questão concernente à transitividade do verbo *dizer* – em que uma oração pode ser um termo (objeto direto) da oração complexa – combina com as considerações teóricas de Halliday (1985), em que o encaixamento é um mecanismo em que uma oração funciona como constituinte de outra oração.

Quanto à definição tradicional de “oração subordinada”, é apresentada a afirmação de que a oração subordinada não é aquela que funciona como termo de outra oração; mas é aquela que é parte de um termo de outra oração. Assim, a oração *nós desarrumamos a casa* é oração subordinada, porque faz parte de *que nós desarrumamos a casa*, que por sua vez é termo da oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*.

Podemos observar que essas argumentações de Perini (2004) combinam com os pressupostos teóricos das investigações de Halliday sob dois aspectos: (i) as considerações a respeito do elemento *que*, considerado como um recurso da língua para encaixar uma oração em outra, podem ser consideradas de acordo com as análises de Halliday (1994, p. 50), que apresenta as conjunções, considerando-as como elementos que têm um status especial na estrutura temática da frase. Assim, as conjunções constituem uma classe distinta na gramática e são itens obrigatoriamente temáticos. Relacionam a oração a uma precedente, na mesma sentença (na mesma oração complexa) e, esse relacionamento que permitem não é apenas semântico, mas também gramatical – elas constroem as duas partes dentro de uma única unidade estrutural; (ii) a questão concernente à transitividade do verbo *dizer* – em que uma oração pode ser um termo (objeto direto) da oração complexa – combina com as considerações teóricas de Halliday (1985), em que o encaixamento é um mecanismo em que uma oração funciona como constituinte de outra oração.

As orações encaixadas também fazem parte dos estudos apresentados por Cruz e Souza (2004, p. 19-20), que consideram que essas sentenças são um tipo de orações complexas que os sistemas lingüísticos põem à disposição dos falantes. Nelas, uma oração funciona como constituinte de outra, que pode ser considerada como oração núcleo (Hopper e Traugott, 1993) ou matriz (Mathiessen e Thompson, 1988; Neves, 2000). Como exemplo dessas sentenças, podem ser consideradas as estruturas com orações

completivas que preenchem o papel de argumento interno (objeto) de um verbo. O processo de complementação verbal dessas sentenças completivas pode ser caracterizado sob os aspectos estrutural e semântico. Sob a perspectiva estrutural, as orações completivas admitem configurações sintáticas diversas. Elas podem apresentar-se: (i) justapostas, isto é, sem conectivos; (ii) inseridas por pronome ou advérbio interrogativo; (iii) introduzidas por uma conjunção integrante com verbo no indicativo ou subjuntivo; (iv) realizadas na forma não-finita com verbo no infinitivo ou no gerúndio; (v) nominalizadas. Na perspectiva semântica, as orações completivas que funcionam como argumento interno verbal podem ser subcategorizadas por tipos de verbos semanticamente diferentes, e isso se reflete nos conteúdos semânticos codificados por elas. Esses verbos podem receber as seguintes classificações: verbos de elocução (ou declarativos ou *dicendi*), de atividade mental, volitivos, causativos (factivos), perceptivos etc. Considerando-se a complementação verbal, as propriedades sintáticas das completivas estão ligadas às propriedades semânticas do verbo da matriz; isto é, existe uma correlação entre a semântica e a sintaxe neste aspecto.

Para o estudo das relações interoracionais no discurso relatado, é também importante considerar as relações de projeção e encaixamento.

4. As relações interoracionais de projeção e encaixamento

No estudo das relações entre as orações, Halliday (1985: 218-219) interpreta essas relações em termos do componente lógico do sistema lingüístico: as relações semântico-funcionais que fazem a lógica da língua natural. Uma das dimensões nesta interpretação é o sistema lógico-semântico diz respeito às relações semântico-funcionais que podem se verificar entre as frases que integram orações complexas. As orações complexas podem ser definidas como aquelas que contêm dentro de seus limites pelo menos uma outra oração, como podemos ver na estrutura do discurso relatado. As relações semântico-funcionais abrangem dois tipos de relações, a saber, a expansão e a projeção. Vamos tratar com a relação de projeção, que é a que interessa ao estudo do discurso relatado, porque a projeção é uma relação entre orações, em que a segunda oração é projetada pela primeira oração, isto é, devido à transitividade do verbo que a constrói e que ‘pede ou exige’ esse complemento oracional. Assim, podemos dizer que são as propriedades semânticas do verbo, isto é, as suas exigências de complementação, que determinam as funções sintáticas das completivas.

Veja-se o exemplo (7) apresentado anteriormente e repetido abaixo, em (8)

(8) Neste exemplo (42), **percebemos** que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi* (*relatou*) no pretérito perfeito, seguido de oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discurso citado. (Benfica, Maria Flor de Maio Barbosa. Dissertação de Mestrado. 2003, p. 152, UFMG).

Podemos dizer, seguindo Halliday (1985), que nessa oração, apresenta-se a relação lógico-semântica de projeção, por meio da qual a oração funciona não como a representação direta de uma experiência (não-lingüística), mas como uma representação de uma experiência (lingüística). Podemos considerar:

(1) a oração projetando é um processo mental, mais especificamente de cognição, construída com verbo perceptivo: (i) oração: “Neste exemplo (42), percebemos”;

(2) a oração projetada é um significado: (ii) oração: “que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi* (*relatou*) no pretérito perfeito, seguido de oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discurso citado.”

(3) Observamos, também, que a segunda oração (ii) “que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi* (*relatou*) no pretérito perfeito, seguido de oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discurso citado.” funciona como um constituinte dentro da estrutura da primeira oração, “Neste exemplo (42), percebemos”. Faz parte dela, é o complemento direto.

E, esta oração, ela mesma, é um constituinte da oração completa, a oração (8):

(iii) oração: Neste exemplo (42), **percebemos** que a reestruturação sintática acarreta a substituição da forma verbal no tempo presente (“conhecem”) pelo uso do verbo *dicendi* (*relatou*) no pretérito perfeito, seguido de

oração subordinada substantiva objetiva direta, recursos lingüísticos que marcam a atribuição do discurso citado.

Portanto, na oração (8), podemos ter uma relação de encaixamento e há um relacionamento direto entre a oração encaixada e a oração dentro da qual ela está encaixada. A oração encaixada, a segunda, está funcionando diretamente na estrutura da outra oração, a primeira, como o objeto direto. Note-se que esta relação entre orações não é como a hipotaxe: na hipotaxe uma oração é dependente da outra, mas não é uma parte constituinte dela.

É importante distinguir as relações por encaixamento e as relações de parataxe e hipotaxe: segundo Halliday (1985, p. 242), estas duas últimas são relações entre orações; e encaixamento é um mecanismo por meio do qual uma oração funciona como um constituinte dentro da estrutura de uma oração, sendo ela mesma, um constituinte da oração.

Observando o exemplo (10), dado acima, podemos argumentar, seguindo Hayman e Thompson (1988, P.286-287), no estudo sobre a combinação de orações, que as relações interoracionais, muitas vezes não diretamente assinaladas, são essenciais para o funcionamento do texto como um meio, um mecanismo para o autor realizar certos objetivos. E, podemos postular o discurso relatado como servindo aos propósitos do escritor na criação do texto científico; e, também aos propósitos e objetivos específicos do leitor, pois a compreensão e o esforço do leitor para recriar o sentido do texto, têm sido descritos como um esforço inconsciente na busca de coerência do texto. Essas relações são definidas em termos do trabalho que elas fazem em capacitar o escritor/leitor para alcançar os objetivos para os quais o texto foi escrito.

Podemos considerar que as relações entre as orações no discurso relatado refletem a organização retórica do discurso científico. Assim, o discurso científico é coerente, as partes são integradas em uma unidade para formar um todo. No exemplo (10), citado anteriormente, ocorrem seqüências de estruturas de discurso relatado, construídas com verbos de propriedades semânticas complexas em suas potencialidades de tempos e modos verbais e todas essas estruturas estão interligadas, porque são partes de um todo. Nenhum conector ocorre, ligando as estruturas do discurso relatado umas às outras, que se apresentam entrelaçadas, formando uma rede de significados e assim construindo o texto que é uma unidade semântica.

Também o estudo sobre a combinação de orações, realizado por Longhin- Thomazi (2001, p. 9), pode significar uma contribuição para a compreensão das relações entre as orações apresentando encaixamento e, conseqüentemente, do discurso relatado. Assim, com o objetivo de explicar as possíveis formas de combinação de orações, Longhin-Thomazi apresenta, segundo a proposta de Charles Bally (1965 [1944]), a noção de soldadura (ou frase ligada), caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação, equivalendo a uma única intenção, sem pausas ou entonações contrastantes. Em uma soldadura simples não há distinção entre tema e propósito, há uma entonação que caracteriza a oração em sua totalidade. Em uma soldadura complexa, o propósito também pode ser qualquer elemento, dependendo do contexto e, nesse caso, a oração inteira pode constituir o propósito. Nota-se que os diferentes domínios de interpretação contribuem para a identificação da combinação de orações e, assim, a leitura de conteúdo pode estar relacionada à soldadura.

Dessa maneira, pode-se compreender que a soldadura, que é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de fala, pode ser relacionada à estrutura do discurso relatado, constituindo-se em uma soldadura complexa e, portanto, numa estrutura de encaixamento.

Outra observação interessando ao tratamento dado às relações interoracionais e ao encaixamento no discurso relatado pode ser a noção de unidade de informação, que é tratada por Chafe (1980) a partir da noção de "idea unit" (traduzida como unidade de informação ou unidade informacional). Trata-se, segundo Chafe, de um jato de linguagem que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único foco de consciência. Isto quer dizer que há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez. Estas unidades ou blocos de informação possuem cerca de sete palavras e podem ser identificadas pela entonação (contorno entonacional de final de frase), pela pausa (ou hesitação), mesmo que seja breve, que as separa de outra unidade. Ainda, as unidades informacionais podem se caracterizar como constituindo uma única oração. Estes três fatores não precisam, necessariamente, de estar todos presentes na identificação de uma unidade informacional, sendo a entonação (contorno entonacional) o sinal mais consistente para esta identificação e a estruturação sintática é o critério menos necessário.

A implicação dessas análises apresentadas por Chafe (1980) sobre as unidades de informação é que podem conduzir a uma identificação dos processos de estruturação do discurso relatado e seus constituintes como sendo uma estrutura de encaixamento.

Dessa maneira, pode-se compreender que a soldadura, que é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de fala, pode ser relacionada à estrutura do discurso relatado, constituindo-se em uma soldadura complexa e, portanto, numa estrutura de encaixamento.

Ainda em relação ao encaixamento, Butler (2003, p. 293), mostra que a Gramática Funcional faz distinção entre as estruturas envolvendo termos complexos, concordando com o nível da estrutura básica da oração em que o complemento encaixado funciona: alguns predicados – como dizer e perguntar (se) – exigem o seu segundo argumento referir-se a um ato de fala e, assim, tomar termos oracionais encaixados.

Esse tratamento dado por Butler ao estudo do encaixamento, pode ser relevante para a estrutura do discurso relatado. Desse modo, é possível que a oração encaixada faça parte de uma unidade informacional (isto é, refira-se a um ato de fala), contida na estrutura em que se encaixa, o que pode estar de acordo com as análises apresentadas anteriormente para a vinculação sintático-semântica das construções constituindo o discurso relatado.

5. Considerações finais

Consideramos que as relações interoracionais no discurso relatado são relações de projeção – uma relação entre processos – entre um processo mental ou verbal de um lado e de outro, um processo que é mentalizado ou verbalizado, isto é, projetado por ele. Assim, há um diferente ambiente para as orações e as relações entre elas são interpretadas em termos de encaixamento, em que uma oração funciona como um constituinte, um complemento dentro de outra oração, que por sua vez, é um termo da oração completa; isto evidencia-se devido ao seu papel sintático: são estruturas de encaixamento que ocorrem em uma função de argumento, fazendo parte de uma mesma unidade de informação.

O discurso relatado, de acordo com Neves (2000, p.48), não envolve citação literal do que o sujeito diz, mas constrói uma paráfrase pela qual o autor assume a responsabilidade do que é referido. Assim, as relações interoracionais no discurso relatado são estratégias formulativas, isto é, funções discursivas de orações colocadas pelo sistema lingüístico à escolha do falante e caracterizam-se como opções de que ele se vale na organização do discurso, de acordo com as suas intenções.

6. Referências bibliográficas

BENFICA, Maria Flor de Maio Barbosa. Atividade de Retextualização: os conhecimentos lingüístico-discursivos acerca das diferenças entre texto oral e texto escrito. Dissertação de Mestrado. UFMG. 2003.

BUTLER, Christopher. Structure and Function: a guide to three major structural – functional theories. Part 2. From clause to discourse and beyond. Studies in language companion series. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Filadelfia: 2003.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos. Tese (Doutorado) UNICAMP, Campinas, 2004.

CRUZ, Aline Cristina e SOUZA, Rosa Angélica Eiterer da. Cláusulas encaixadas em verbos dicendi e suas diferentes realizações na fala e na escrita. Monografia. UFJF, 2004.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Leite com manga, morre: da hipotaxe adverbial no português em uso. São Paulo, PUC/SP, 1993.

FIORIN, José Luiz e Savioli, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. Editora Ática: São Paulo. 1997.

GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 15 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GIVÓN, Talmy. Syntax: a functional – typological introduction. Amsterdam: John Benjamins, V. 1. 1984.

HALLIDAY, M. A. K. An Introduction to Functional Grammar. London: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

_____. Na Introduction to Functional Grammar. 2ª edição, United States of America: Oxford University Press Inc.1994.

HAYMAN, John & Thompson, Sandra A. (ED. Clause combining in grammar and discourse. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company,1998.

LONGHIN-TOMAZI. Níveis de combinação de orações. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

NEVES, Maria Helena Moura. A Gramática Funcional. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

PENHAVEL, Eduardo. Multifuncionalidade e nível de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso. São José do Rio Preto. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. 2005. Dissertação de Mestrado.

PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português. São Paulo: Ática. 2004.

SHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In : CHAFE, W. L., (Ed.). The pears histories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood. Ablex: 1980.